

PODER

Kerry: “luta” por verba para o Fundo Amazônia

Enviado dos EUA diz que recursos dependem de aprovação do Congresso americano

» TAÍSA MEDEIROS

O enviado especial do presidente dos Estados Unidos para assuntos do clima, John Kerry, confirmou, ontem, que o país vai colaborar com o Fundo Amazônia. Ele, porém, não informou o valor e o início do financiamento, porque, segundo destacou, depende de uma decisão do Congresso norte-americano.

“Estamos trabalhando com uma legislação que está agora no Congresso (dos EUA) de US\$ 4,5 bilhões, mas estamos pensando em US\$ 9 bilhões. Teremos uma luta para que seja aprovado. Então, também estamos trabalhando com pontos de desenvolvimento multilaterais e suas reformas”, disse Kerry, em entrevista coletiva no Ministério do Meio Ambiente, ao lado da titular da pasta, Marina Silva. “Existe muita compreensão de que isso é urgente.”

Os US\$ 9 bilhões, se aprovados, serão destinados a florestas de países em desenvolvimento, e não apenas à Amazônia. Marina, no entanto, disse acreditar que boa parte vai ser destinada ao Fundo Amazônia, pela relevância do bioma.

O secretário do governo Joe Biden afirmou que pretende retornar ao Brasil em abril para uma visita à Floresta Amazônica e salientou ser notório o comprometimento da gestão Lula com a questão ambiental. Ele agradeceu à recepção e a conversa com a ministra. “Particularmente, estou animado com as perspectivas que Marina Silva me sugeriu”, declarou.

A titular da pasta do Meio Ambiente destacou a importância da colaboração norte-americana. “Os Estados Unidos têm um mecanismo muito particular de cooperação. Fazer isso no âmbito do Fundo Amazônia é um ganho muito grande”, frisou. “O que nós tratamos é que o governo (dos EUA) vai buscar viabilizar esses recursos, mas isso passa pela aprovação do Congresso americano. De onde virá essa fonte é uma escolha que eles farão internamente”, acrescentou.

Sobre o retorno de Kerry, em abril, Marina Silva disse que os

Evaristo Sá/AFP



Marina e Kerry: retomada de grupo para discutir estratégias de combate aos efeitos das mudanças climáticas



Está acontecendo uma grande mudança, cada vez mais pessoas entendem que é urgente, que não é opcional e que temos que trabalhar juntos para fazer muito mais do que antes”

John Kerry, enviado dos EUA para o clima

detalhes ainda serão acertados com integrantes do Executivo. “O secretário manifestou o desejo de voltar ao Brasil para fazer uma visita à Amazônia. É uma discussão que ainda será feita de qual é o estado, qual é o projeto. É uma visita após um intenso processo de trabalho”, ressaltou.

Memória

Encontro em Washington

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Washington (EUA), neste mês, e, após o encontro com o presidente Joe Biden, o governo americano anunciou a intenção de contribuir com o Fundo Amazônia. O valor, no entanto, ainda não foi divulgado. O fundo ficou parado entre 2019 e 2022, após países suspenderem os repasses por contrariedade com a política ambiental conduzida pelo então presidente Jair Bolsonaro. A iniciativa foi reativada em janeiro por Lula.

Força-tarefa

A ministra e o secretário anunciaram a retomada de um grupo de trabalho que funcionará como uma força-tarefa para discutir estratégias visando conter os efeitos das mudanças climáticas no Brasil, com foco no combate ao

desmatamento e na defesa dos povos indígenas.

Participarão do colegiado representantes de ministérios, que atuarão na busca pela proteção da biodiversidade brasileira, bem como na redução da emissão de gases do efeito estufa.

“Partimos de um ponto que já estava estabelecido desde 2015, que é um grupo de trabalho de alto nível para explorar temas de interesse comum, mas atualizando esse grupo de trabalho a partir do que são as prioridades do governo do presidente Lula e do presidente Biden”, disse Marina.

Kerry e a ministra se encontraram no Palácio do Itamaraty — a coletiva de imprensa foi no Meio Ambiente. O representante americano estava acompanhado da embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Elizabeth Bagley.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, também teve um encontro com o secretário. “Conversamos sobre as ameaças aos povos e seus territórios, com uma ampla discussão sobre todos os biomas brasileiros que sofrem ameaças diversas, como garimpo, invasão de terras, desmatamento ilegal, queimadas e tantas outras violações”, escreveu Guajajara em suas redes sociais.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Militares golpistas romperam o pacto da anistia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que atendeu na segunda-feira ao pedido da Polícia Federal para que o STF julgue militares envolvidos nos ataques de 8 de janeiro aos palácios dos Três Poderes, em Brasília, tomou uma decisão histórica: tirou da esfera da Justiça Militar os crimes políticos e comuns cometidos por militares. É a primeira vez que isso acontece, num país que assistiu a inquéritos policiais militares contra civis serem instrumentos golpistas ou de repressão a opositoristas.

O magistrado também abriu investigação sobre a participação de militares da Polícia Militar do Distrito Federal e das Forças Armadas nos episódios de 8 de janeiro. Ao fazer o pedido, a PF justificou que policiais militares ouvidos na 5ª fase da Operação Lesa-Pátria “indicaram possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial”. A decisão recebeu apoio do futuro presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Francisco Joseli Parente Camelo, e da ministra do STM Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.

Segundo o ministro Camelo, a decisão “dá a garantia do devido processo legal e respeita o princípio do juiz natural”. Para a ministra Maria Elizabeth, todos os envolvidos devem ser julgados pelo mesmo tribunal, do contrário, os civis seriam julgados pelo STF, os militares pelo STM e os policiais militares e bombeiros pelo TJ. Por ironia da história, foram os militares envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro que romperam o principal pacto da transição à democracia: a anistia recíproca de 1979, o primeiro passo efetivo para a redemocratização do país, que perdoou ex-guerrilheiros e agentes dos órgãos de segurança do regime militar.

A Lei da Anistia de 1979 perdoou os crimes políticos cometidos entre 1961 e 1979, mas sempre foi polêmica e muito contestada pelos movimentos de defesa dos direitos humanos, por causa das torturas e assassinatos cometidos nos quartéis. Os militares, por sua vez, acusavam os ex-militantes da luta armada de cometerem assassinatos e justicamentos. Aprovada pelo Congresso, no governo do general João Batista Figueiredo, a lei foi considerada “imexível” pelo Supremo. Todas as tentativas de julgar e punir os militares envolvidos nas torturas e assassinatos foram rechaçadas.

Reação bolsonarista

A decisão de Alexandre de Moraes teve como resposta da oposição bolsonarista a apresentação de requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), para investigar os fatos ocorridos em 8 de janeiro, assinada por 31 senadores e 120 deputados federais. Articulada pelos senadores Marcos Do Val (Podemos-ES) e Rogério Marinho (PL-RN) e pelos deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e André Fernandes (PL-CE), é uma nova dor de cabeça para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma CPMI tem instalação praticamente garantida, desde que cumpra as exigências regimentais em termos de assinaturas. Um pedido de CPI com o mesmo objeto, protocolado pela senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS) anteriormente, depende de apreciação do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Na segunda-feira, o ministro Gilmar Mendes, do STF, havia estipulado o prazo de 10 dias para que Pacheco desse explicações em relação à instalação da CPI apresentada pela senadora Soraya. As duas comissões são iniciativas da oposição, que tenta responsabilizar o ministro da Justiça, Flávio Dino, pelas falhas do sistema de segurança da Esplanada no dia do vandalismo, e não esconde o objetivo de pôr sob suspeição o ministro Alexandre de Moraes como relator do processo.

Em contrapartida, os parlamentares governistas apoiam Moraes e já lançaram a palavra de ordem “Anistia nunca mais”, exigindo a punição dos responsáveis pelos atos de vandalismo de 8 de janeiro. A Constituição de 1988 estabelece que a anistia é concedida pelo Congresso, após aprovação de projeto de lei pela Câmara e pelo Senado, dedicada especialmente aos crimes políticos.

Crimes hediondos não podem ser anistiados. Anistia é o perdão que pode ser dado a indivíduos que precisam responder por seus crimes na Justiça. A concessão de anistia é mais relacionada a crimes políticos, e aquele que a recebe tem seus crimes apagados e sua ficha criminal limpa, tornando-se réu primário novamente. Existe também a anistia tributária. O Arquivo do Senado reúne farto material sobre a aprovação da Lei da Anistia, que resultou de uma ampla campanha política da oposição ao regime militar, inclusive no exterior.

Lacuna na lista de vice-líderes de Lula

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Em meio às composições no Congresso Nacional, há uma em aberto para consolidar as lideranças da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva: a dos vice-líderes do governo no Senado. Os grupos são pluripartidários, ou seja, para além de nomes do PT. Com a lacuna, o chefe do Executivo corre o risco de perder força nas articulações para vitórias desejadas no plenário da Casa.

As formações na Câmara e no Congresso estão ratificadas, com 15 parlamentares na Câmara dos Deputados e 10 no Congresso. Por ora, no Senado, seu único líder oficial é Jaques Wagner (PT-BA). Ontem, Lula recebeu seu líder no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e os respectivos vice-líderes, em uma agenda oficial.

“Hoje, tive uma boa conversa com o senador Randolfe sobre o futuro do Brasil”, disse Lula, no Palácio do Planalto, após o encontro.

Na Câmara, as vice-lideranças do governo haviam sido anunciadas no início de fevereiro. Os nomes substituem o líder José Guimarães (PT-CE), quando necessário. As vice-lideranças têm como função atuar nas comunicações de interesse de Lula, bem como em diálogos que contribuam para projetos de interesse do petista

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Randolfe teve reunião com Lula para tratar do “futuro do Brasil”

nas Casas e no Congresso.

O governo Lula, por exemplo, não deseja que haja abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) nem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro, seja na Câmara, seja no Senado.

Randolfe Rodrigues comentou a respeito da intenção da

oposição no Congresso. “O objetivo dessa comissão é que não haja investigação. Eles só buscam obstruir as investigações em andamento, que apuram a responsabilidade de quem praticou os atos terroristas de 8 de janeiro de 2023”, manifestou-se, referindo-se às assinaturas conseguidas por deputados e senadores para a instalação da CPMI.

Os líderes

Câmara

Líder: José Guimarães (PT-SP)
Vice-líderes

- 1.Alencar Santana (PT-SP)
- 2.Rubens Pereira Júnior (PT-MA)
- 3.Ana Paula de Souza Lima (PT-PR)
- 4.Damião Feliciano (União-PB)
- 5.Emanuel Pinheiro da Silva Primo (MDB-MT)
- 6.Pedro Paulo (PSD-RJ)
- 7.Renildo Calheiros (PCdoB-PE)
- 8.Josenildo Abrantes (PDT-AP)
- 9.Jonas Donizette (PSB-SP)
- 10.João Carlos Bacelar (PV-BA)
- 11.Maria Arraes (SD-PE)
- 12.Waldemar Oliveira (Avante-PE)
- 13.Igor Timo (Podemos-MG)
- 14.Rogério Correia (PT-MG)
- 15.Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ)

Congresso

Líder: senador Randolfe Rodrigues
Vice-líderes (todos deputados)

- 1.Bohn Gass (PT-RS)
- 2.Carlos Zarattini (PT-SP)
- 3.Daniel Almeida (PCdoB-BA)
- 4.Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)
- 5.Lídice da Mata (PSB-BA)
- 6.Lindbergh Farias (PT-RJ)
- 7.Reginaldo Lopes (PT-MG)
- 8.Roseana Sarney (MDB-BA)
- 9.Otto Alencar Filho (PSD-BA)
- 10.Laura Carneiro (PSD-RJ)